

5. NOTAS PARA A HISTÓRIA DO AÇÚCAR EM CAMPINAS*

À fabricação do açúcar e, portanto, à cultura da cana atribuiu Saint-Hilaire a origem da cidade de Campinas. E como que explicando sua afirmação, escreveu o grande naturalista e viajante que, por muito tempo se pensou fossem as terras negras de Itu as únicas de todo São Paulo que se prestassem à cultura da preciosa sacarífera; mas que, apesar deste preconceito, algumas pessoas experimentaram lá pelos anos de 1770 plantar essa gramínea nas terras vermelho-escuras existentes em Campinas, sendo essa experiência coroada de êxito e o exemplo seguido por grande número de lavradores.¹

Foi, de fato, a cana a primeira cultura com que se preocuparam os povoadores das férteis terras campineiras, ao lado, naturalmente, de alguma cultura de subsistência. Não sabemos, entretanto, onde teria o grande viajante encontrado a data de 1770 como início dessa cultura. Sendo desde muitos anos antes as terras de Campinas povoadas por Barreto Leme e seus companheiros, é bem provável que de muito antes datem os primeiros canaviais. O que sabemos, é que o primeiro recenseamento feito em Campinas, em 1775, acusa a existência de três engenhos produzindo sessenta, cinqüenta e quarenta canadas de aguardente e de propriedade de Barreto Leme, Domingos da Costa Machado e José de Souza Siqueira, respectivamente. O interessante, porém, é que não existe neste recenseamento menção alguma à produção de açúcar; refere-se apenas às canadas de aguardente produzidas. Mas não é crível que, possuindo os engenhos, não se dedicassem os campineiros à fabricação de açúcar.

Em toda a região povoada de São Paulo setecentista cultivava-se a cana-de-açúcar, que constituía — sabem-no todos — a maior riqueza agrícola nos tempos coloniais. Era ela uma das “drogas” tratadas por Antonil na sua preciosa **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**, obra clássica e verdadeiramente básica para o estudo de nossa história econômica, publicada em 1711 e pouco depois confiscada pelo governo português para que não servisse de porta-voz perante o mundo das riquezas do Brasil. A outra “droga” a que se referia Antonil vinha a ser o tabaco, mas cultivado em proporção inúmeras vezes menor que a cana.

(*) Uma primeira versão deste capítulo foi publicada com o título **A agricultura nos primeiros tempos**, no “Diário do Povo”, de 2 de maio de 1937. Bastante ampliado, com o título atual e na forma aqui reproduzida, foi publicado numa “edição especial dedicada ao açúcar”, dos “Diários Associados”, em 12 de janeiro de 1956.

(1) Saint-Hilaire, A. — **Viagem à província de São Paulo**, p. 148. Trad. de Rubens Borba de Moraes: São Paulo, Martins, 1940 (“Biblioteca Histórica Brasileira”, v. 2).

A propósito da importância, ou melhor, quase exclusividade da cana-de-açúcar em nossa balança econômica até meados do século passado, escreveu Afonso de E. Taunay: “E com efeito, ao Brasil já duas vezes secular, criara a cana-de-açúcar. Só haviam até fins do século XVII prosperado e enriquecido os núcleos onde a gramínea sacarífera vicejara: na tira do massapé de Pernambuco e na mancha do recôncavo baiano. E assim sucedera até que os paulistas revelassem a enorme bolsa de ouro nativo dos vales atormentados do Espinhaço. Mas, esgotada esta e as outras menos opulentas de Goiás e Mato Grosso, voltaria o açúcar a ser grande **mama** do Brasil. Até que viesse o colapso de seu preço como conseqüência das perturbações do comércio universal, criadas pela revolução francesa e o império napoleônico, de que nasceu a utilização do teor sacarino da beterraba”. E termina o ilustre historiador lembrando a injustiça praticada em 1822, quando, ao se instituir o brasão do Brasil recém-independente, deixou de nele figurar a cana-de-açúcar, onde tinha mais direitos do que o ramo de fumo.²

Foi Alfredo Ellis Júnior quem primeiro chamou a atenção para a importância do açúcar na história paulista, no período que medeia entre o fim da fase da mineração e o advento do café. Sem ele dificilmente se poderá explicar sequer como viveu a capitania paulista nesse período de mais de um século, período que, se na sua primeira metade assinala sinais de evidente decadência (que chegou ao ponto da extinção da capitania...), mais para o fim do século XVIII indica índices animadores de progresso, dos quais o primeiro reflexo foi a própria autonomia administrativa, concedida novamente a São Paulo em 1765. “A causa dessa restauração — citando textualmente — deve ser procurada no pequeno ciclo do açúcar. De fato, quando a produção de açúcar paulista já ia avançada, com a auferição, por parte da região, de certa dose de importância econômica, Portugal verificou que São Paulo não era mais aquela terra despovoada, que nada rendia para o sempre ávido fisco reinol dos tempos de Bobadela”.³

Assim, o “ciclo do açúcar paulista” ter-se-ia estendido, segundo Ellis Júnior, mais ou menos de 1760 a 1860, e teve pelo menos cinco mercados de consumo: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, o extremo

(2) Taunay, Afonso de E. — **A propagação da cultura cafeeira no Brasil**. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934, sem numeração.

(3) Ellis Júnior, A. — **A economia paulista no século XVIII**, p. 53. São Paulo, 1950 (Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, nº 115, série “História da Civilização Brasileira”, nº 11). Há reedição desta obra, pela Academia Paulista de Letras, São Paulo, 1979 (“Biblioteca Academia Paulista de Letras”, v. 11). Nesta nova edição, o texto citado ocorre à pág. 77.

Sul do Brasil e o Prata. É este um dos capítulos mais interessantes da história econômica de São Paulo e que permanece praticamente desconhecido, pois além do já citado trabalho de Ellis Júnior, nada mais existe abordando diretamente o assunto. E seria de grande conveniência que pesquisas arquivais mais acuradas viessem em apoio de tantos conceitos interessantes expendidos pelo autor de *Raça de Gigantes*.⁴

A história do açúcar em Campinas é, portanto, um capítulo desse "ciclo do açúcar paulista", de tanta importância, aliás o segundo, pois, como é sabido, houve nos primórdios da colonização um incipiente ciclo do açúcar no lagamar vicentino, logo suplantado pelo Nordeste brasileiro. Muito raras, infelizmente, são as informações que nos chegaram relativas à agricultura nos primeiros tempos de Campinas. Uma das mais antigas que conhecemos data de 1797, poucos meses antes da criação da vila de São Carlos: é a carta-informação de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça que, em junho daquele ano, assumira o governo da capitania de São Paulo, sucedendo a Bernardo José de Lorena; ainda assim, não se refere exclusivamente a Campinas, mas também às freguesias vizinhas de Ararituaba (Porto Feliz) e Piracicaba e às vilas de Itu e Sorocaba. Pouco adianta essa informação, a não ser que de Campinas e dessas outras localidades saía muito açúcar em 1797:

"A agricultura acha-se em um progresso muito grande, de sorte que se pode dizer que se acabou a preguiça de que geralmente era acusada a capitania de São Paulo; só a vila de Itu faz mais de cinqüenta mil arrobas de açúcar por ano e vai em aumento; da freguesia de Ararituaba, da nova povoação de Piracicaba, da vila de Sorocaba, da freguesia das Campinas, no termo da vila de Jundiáí sai presentemente muito açúcar".⁵

A 20 de outubro daquele mesmo ano, o padre Joaquim José Gomes, vigário da freguesia, à frente do movimento para a sua elevação à vila, dirigiu-se ao mesmo Antônio Manuel de Melo e Castro mostrando-lhe que Campinas já estava em condições de receber tão alta mercê. E para justificar o movimento que a todos os campineiros empolgava, alegou uma série de razões que muito depressa convenceram o governador

(4) Com efeito, era esta a situação à época em que este capítulo foi publicado, como artigo nos *Diários Associados* (1956). De então para cá, o "ciclo paulista do açúcar" passou a despertar interesse em inúmeros pesquisadores da História de São Paulo, inclusive para trabalhos de grau universitário. Há, atualmente, uma numerosa e variada bibliografia sobre o assunto. A todos sobreleva o livro da Professora Maria Thereza Schorer Petrone — *A lavoura canavieira em São Paulo*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, Coleção "Corpo e Alma do Brasil", v. 21 — fundamental para o estudo da história econômica de São Paulo.

(5) As "memórias" de Melo Castro sobre a situação econômica de São Paulo foram publicadas pela primeira vez, parcialmente, no vol. 44 dos *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, ed. do Arquivo Estadual, 1915. Na íntegra, encontram-se nos tomos XV e XVIII dos "Anais do Museu Paulista", de 1961 e 1964, respectivamente. Ver, sobre o assunto, de Odilon Nogueira de Matos, *Fontes para a história de São Paulo numa conjuntura de transição*, em "Memória da III Semana da História", pp. 213 a 223. Franca, 1981.

da Capitania, de que, de fato, Campinas já podia ter o seu pelourinho, símbolo, em todas as vilas, da autonomia municipal e da justiça colonial. E entre essas razões, dizia o bom do vigário que os campineiros se sentiam prejudicados em servir à câmara de Jundiáí, pois devido à distância não pequena, eram obrigados ao abandono de suas lavouras, o que lhes acarretava grandes prejuízos, visto serem todos eles “engenheiros”, isto é, possuidor de engenhos.

*
* *
*

6. ESPERANÇA DE MELHORES DIAS*

Em duas fases distintas pode ser dividida a história paulista no século XVIII: a primeira, do início do século até 1748 e a segunda, de 1765 em diante. Separando-as, um espaço de dezessete anos em que a capitania de São Paulo perdeu sua autonomia administrativa, tendo sido simplesmente anexada ao Rio de Janeiro para constituir a **Repertição Sul do Brasil**.

Caracterizou-se a primeira pelo que se pode chamar de bandeirismo ocidental, em que os paulistas, em consequência do desastre dos Emboabas, lançaram as vistas para o enorme “far-west” continental, empreendendo a conquista dos territórios hoje pertencentes a Goiás e a Mato Grosso e explorando seus ricos veios auríferos. Pouco se beneficiou São Paulo da expansão bandeirante, como é sabido. O povoamento e conseqüente desenvolvimento das regiões de mineração tornaram-nas dentro em pouco capitánias autônomas, destacadas de São Paulo, de maneira que, ao atingir os meados do século XVIII, a primitiva capitania paulista vê-se reduzida a menos de um terço de sua área original. O despoamento — quantitativo e qualitativo — que sofre a capitania com a corrida para as minas leva-a a tais condições de decadência, que redundou na sua própria extinção. Em 1748 desaparecia, pois, a Capitania de São Paulo, simplesmente anexada ao governo do Rio de Janeiro.

Dezessete anos perdurou esta situação, único hiato em toda a história administrativa de São Paulo. Em 1765, era novamente restaurada a capitania paulista, compreendendo apenas o atual território do Estado de São Paulo e mais o Paraná, que este, só em 1853, portanto já no Segundo Reinado, seria constituído em província autônoma, o último dos muitos “cortes” sofridos por São Paulo durante sua história quadrissecular.

(*) O primeiro esboço deste capítulo foi publicado no “Diário do Povo”, Campinas, em 21 de março de 1937, com o título “O Estado Geral da Capitania Paulista e da Vila de São Carlos (séc. XVIII)”. Para esta reprodução foi a matéria revista e as fontes, atualizadas.